

Idade mínima pode valer para novos trabalhadores

, 30 Julho 2012 - 14:24:21

O governo quer implementar a idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição para novos segurados --aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Opinião: Mais que um número, fórmula 85/95 representa justiça social. Saiba como a aposentadoria pode mudar. Embora não tenha apresentado nenhum projeto formal, a equipe econômica do governo defende para a aposentadoria de futuros trabalhadores as idades mínimas de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres). A proposta mantém o tempo mínimo de contribuição atual --35 e 30 anos, respectivamente. A ideia, porém, encontra forte resistência nas centrais sindicais, o que pode atrapalhar a votação das alterações na aposentadoria. "Para nós, a idade mínima é absolutamente prejudicial para a maioria dos trabalhadores", disse Artur Henrique da Silva Santos, dirigente e ex-presidente da CUT. "É uma irresponsabilidade com as gerações futuras." A Força Sindical também diz ser contra. Para Julio Quaresma Filho, diretor administrativo do Sindinapi (sindicato dos aposentados da Força), a medida prejudica os mais pobres, que precisam trabalhar mais cedo. O Planalto procura respaldo para a idade mínima no avanço da expectativa de vida da população. No começo do mês, a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) disse ter lido chamado "muito atento" o fato de a expectativa de vida da população ter aumentado mais de 20 anos desde 1960. "Hoje estamos em 73." Também preocupa o Planalto o déficit da Previdência, que saltou 38,1% em junho, para R\$ 2,757 bilhões. As propostas não param aí. Fala-se ainda em idade mínima progressiva, que mudaria --para 61/66 anos, e assim por diante-- de acordo com o aumento da expectativa de sobrevivência da população. Essa progressão poderia ser aplicada para trabalhadores da ativa, no fator 85/95. Ou seja, aumentar para 86/96, depois para 87/97 etc., até o fator 95/105 se a população envelhecer demais. Também há resistência. "O fator 85/95 é o máximo que a gente consegue suportar", disse Artur Henrique, da CUT. O PENS-ÔESA pensa por morte também deve ser revista. O governo gastou mais de R\$ 100 bilhões em pensões em 2011. Pode haver carência para a concessão e a limitação do valor da pensão em decorrência da idade e do número de filhos da viúva, por exemplo. Hoje, basta o segurado fazer uma contribuição para o cônjuge receber para sempre o benefício máximo, mesmo que case novamente. Além disso, distorções no cálculo fazem com que a pensão, muitas vezes, seja maior se o trabalhador morrer antes de se aposentar. Editoria de Arte/Folhapress